

ELN 0088-1386



650 000 VOTOS

“A proximidade com o povo não se dá com a política do prato-feito. É preciso fazer cada cidadão compreender a importância de sua participação política.”

(veja a entrevista na pág. 10)



NOVEMBRO DE 1986 - N.º 23

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES
Cz\$ 2,00

A ESTRELA ASCENDENTE



1986: A primeira colheita

Cinec. America

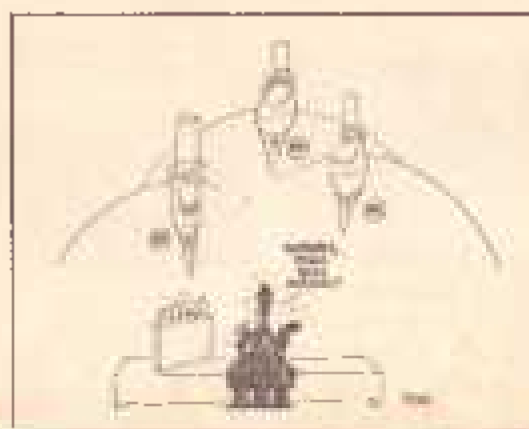
Estrela é como semente: em se plantando, dá. E deu estrela em todo o Brasil. O PT não é mais um pequeno partido, e as responsabilidades são muitas: liderar a mobilização popular em torno da Constituinte, trabalhar nas lutas sociais e populares, organizar, planejar, corrigir os erros que a campanha evidenciou. Da página 6 a 11, em artigos e entrevistas, Perseu Abramo, Marco Aurélio Garcia, Sandra Starling, Rui Costa Falcão, Jacó Bittar, Claus Germer e Lula analisam os resultados das eleições e as perspectivas do Partido.

A República da traição

Funaro ao povo: Comam pão e biscoitos.

Os votos não haviam sido totalmente apurados e o governo da Nova República baixou o maior confisco de renda do povo e da classe média dos últimos vinte anos. Mais de Cz\$ 60 bilhões em aumentos de preços e impostos. Somados aos Cz\$ 50 bilhões de cortes no gasto público, o total do pacote chega a Cz\$ 110 bilhões, o equivalente a quase 8 bilhões de dólares, exatamente o que o Brasil precisa para pagar os banqueiros internacionais como juros da dívida externa.

A Nova República tirou do povo para pagar os banqueiros. Aumentou a gasolina, o telefone, a luz e dezenas de outros bens essenciais. Só não mexeu no trigo, para que o povo possa comer pão e biscoitos. Ao mes-



mo tempo, reduziu o imposto de renda e o Finsocial dos exportadores.

O *Boletim Nacional* já sabia que tudo isso iria acontecer e preveniu seus leitores na edição anterior. Nos porões da Nova República, dizíamos então, já está sendo preparado um novo pacote para reprimir o consumo.

Funaro e seus ministros “peemedebistas” estavam tão ansiosos em arrochar, que preferiam que o PMDB não tivesse tantos votos nas eleições. No fim, traíram o voto que não queriam receber mas receberam.

B.K.

(Leia “Quando o povo começa a comer, o Brasil entra em crise” - págs. 2 e 3)



QUANDO O POVO O BRASIL ENTRA

1

Poucos dias antes das eleições, o clima de desânimo tomou conta dos gabinetes do poder, em Brasília. E, como sempre acontece nessas ocasiões, industriais, banqueiros e especuladores receberam a notícia em primeira mão. Servicais do próprio Planalto - leia-se Marco Maciel e companhia - passaram o recado aos patrões, em São Paulo. "O governo está meio perdido." Rapidamente a boataria tomou conta dos escritórios da avenida Paulista e alastrou-se pelo coração financeiro da cidade. A Nova República estava "sem rumo". Não sabia mais o que fazer para tapar os buracos desse enorme dique de contradições em que se transformou o Plano Cruzado.

2

Mergulhado nele até o pescoço, o presidente Sarney apostou num avanço da Frente Liberal nas urnas de 15 de novembro, para reduzir a força do PMDB e abrir espaço para o fim do congelamento. Até mesmo os chamados "economistas do PMDB" preferiram que o seu partido não crescesse, para ter as mãos livres e poder "ajustar" a economia à vontade. Poucos dias antes das eleições, porém, as pesquisas

recebidas pelo Planalto indicavam que o recado das urnas não seria exatamente um aval para o arrocho - ao contrário, seria uma cobrança das promessas sociais não realizadas e da manutenção do congelamento. Daí o branco total da equipe econômica...

3

Os dilemas do governo, de fato, não são desprezíveis. É fácil entender por quê. O saldo comercial brasileiro, por exemplo, vem caindo sistematicamente. Ele tem que render, no mínimo, US\$ 1 bilhão ao mês para o país pagar juros e outras despesas com a dívida externa, num total de US\$ 12 bilhões ao ano. Nos últimos meses, porém, com a retomada do crescimento, as importações aumentaram. As exportações começaram a fraquejar e o saldo mudou de patamar, situando-se na faixa dos US\$ 600 milhões mensais (algo como US\$ 7 bilhões ao ano). Insuficiente para honrar os compromissos internacionais em 1987.

4

Mas não é apenas o comércio exterior que passou a gerar menos dólares. O Brasil também vem perdendo valiosos recursos de suas reservas

para que as multinacionais possam remeter lucros e dividendos às matrizes. Este ano elas vão investir apenas US\$ 70 milhões aqui (10% do que foi aplicado em 1985 e o valor mais baixo dos últimos 15 anos). Em compensação, devem remeter - oficialmente - cerca de US\$ 1,4 bilhão. Entre outras razões, é por isso que as reservas em dólares, que somaram US\$ 8 bilhões em dezembro de 1985, encontram-se agora na faixa de US\$ 5 bilhões.

5

Um grande devedor não pode ter reservas baixas. Elas funcionam como oxigênio, caso o governo decida, por exemplo, negociar duro com os credores. Seria preciso, então, pagar todas as importações a vista, pois o país não teria créditos comerciais (só aí vai US\$ 1,2 bilhão ao mês). E mais: como as agências bancárias brasileiras vivem penduradas em "papagaios" no Exterior, esses créditos também seriam cortados (somam uns US\$ 5 bilhões). Com boas reservas, daria para contornar esse cerco.

6

A Nova República pode até tomar algumas medidas de efeito contra os credores. Mas

não tem disposição, nem unidade para um enfrentamento que dependa de mobilizações de massa e articulações com outros devedores. Essa limitação política do atual governo tem uma consequência econômica muito clara: impede o Brasil de sustentar a continuidade de seu crescimento.

7

Para esse, justamente, o motivo do nervosismo que tomou conta do Planalto e dos escritórios da burguesia, às vésperas das eleições. O governo e as classes dominantes sabem que a única alternativa que lhes resta é frear a economia. Quer dizer, sufocar o consumo dos assalariados para que o país gaste menos dólares com importações, acumule saldos comerciais maiores e pague os credores em dia - ainda que isso implique a não realização dos investimentos exigidos pela demanda interna. Por que o medo de uma negociação mais dura? Porque um enfrentamento poderia jogar a iniciativa política às ruas. Poderia radicalizar a Constituinte e fortalecer candidaturas presidenciais mais progressistas, já para 1987.

8

Comer o consumo num país de misérrimos, porém, é uma

COMEÇA A COMER, EM CRISE

9

O governo não sabe como conciliar o recado das urnas com um aperto na economia

bandeira altamente impopular, só viável com enorme sustentação política. Não se trata de negar o óbvio. É evidente que com a retomada do crescimento os sindicatos ganharam mais força, impuseram conquistas salariais aos patrões e isso gerou mais demanda, mais empregos e... mais reivindicações. Mas o caldeirão da miséria ainda é explosivo. Basta examinar a questão do desemprego. Oficialmente, o IBGE diz que ele é apenas 3,2% da população ativa.

Mas se for somado aí o gru-

po dos subempregados - ganham menos de um salário, fazem bico - então essa taxa chega a 20%, totalizando cerca de 11 milhões de pessoas. Se acrescentarmos a esse contingente, aqueles que recebem até um salário, então a massa de marginalizados do país chega a quase 20 milhões. Ou, 36% da população ativa (55 milhões). E é bom lembrar que o salário mínimo da Nova República é um dos mais baixos do mundo: vale US\$ 58, contra US\$ 74 no Uruguai, por exemplo, e US\$ 344 na pobre Índia.

Desaquecer a economia e o consumo num quadro desses parece piada. Mas não é. O capitalismo brasileiro está estruturado de tal forma que entra em crise quando o povo tenta comer, vestir-se ou tomar remédios. E as coisas se complicam mais ainda se, além de comer, o povo estiver às vésperas de votar. A economia brasileira é profundamente elitizada. Os 5% mais ricos do país detêm 33% da renda. Quer dizer, US\$ 85 bilhões do PIB vão todos os anos para apenas 6,5% milhões de ricos. Enquanto isso, os 50% mais pobres (43 milhões de pessoas) ficam com a sobra (13% da renda ou US\$ 32 bilhões).

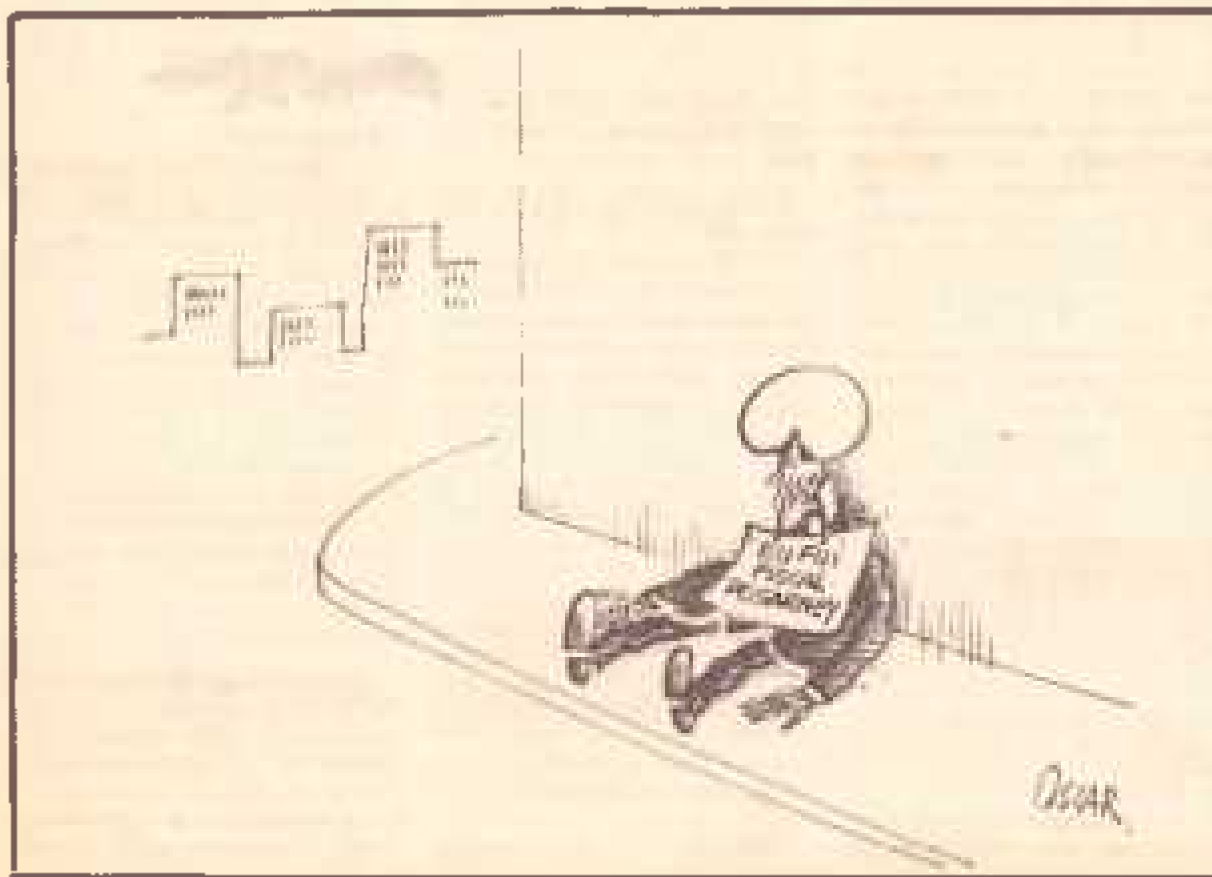
10

O impasse, portanto, é claro. De um lado, a lógica do capitalismo aponta para a concentração, a elitização do mercado. De outro, as necessidades da população impõem limites à avarice dos ricos e dos credores, exige a ampliação - e não o corte - nos gastos públicos em escolas, hospitais, habitação etc., além de uma mudança na estrutura da renda e da propriedade.

11

Até aqui, a Nova República tentou manter-se no meio-fio entre essas duas avenidas. Mas aos primeiros sintomas de colisão, passou a emitir sinais cada vez mais intensos à direita. Às vésperas das eleições sua escolha estava feita. De um lado, para "tranquilizar" banqueiros e exportadores - que estão remetendo maciços recursos ao Exterior - o governo ofereceu-lhes um "seguro cambial". Agora, podem investir em dólar aqui mesmo, como se estivessem em Wall Street. O Banco Central paga tudo. Variação cambial, mais a taxa de juros do dia nos EUA (a prima). Esse, o sinal do ajuste reservado aos ricos. Para os pobres, uma dupla ameaça: o fim do gatilho salarial que corrigia os salários a cada 20% de inflação. E, de quebra, um congelamento de preços.

Cláudio Cerri





FORTALEZA PETISTA

Maria Luiza Fontenelle faz o balanço de dez meses de sua administração, nesta entrevista a Agnes Brandão para o Boletim Nacional

Em novembro do ano passado, a cearense Maria Luiza Fontenelle balançou duplamente a ordem estabelecida no país: com um largo sorriso colorido por batom e uma plataforma petista, ela deixou para trás todos os coronéis e, surpreendentemente segundo as pesquisas pré-eleitorais, se elegeu prefeita de Fortaleza. Por dias seguidos, a capital do Ceará ocupou as primeiras páginas dos jornais, preenchendo um espaço inusitado na história do Partido dos Trabalhadores. Desta vez, as notícias não celebravam a rara beleza das praias da cidade nem realçavam os trágicos recordes das estatísticas municipais, como o desemprego que atinge a 50% da população economicamente ativa ou a mortalidade infantil, que elimina 200 em cada mil crianças até um ano de idade. A dupla novidade - uma mulher petista assumiu a Prefeitura de uma capital - foi a notícia.

De março para cá, a estrela de Maria Luiza não brilhou com a mesma intensidade. A imprensa cearense não lhe deu trégua, atribuindo à sua administração todos os problemas que a cidade somou ao longo de anos de coronelismo - os buracos, o lixo acumulado, o empobrecimento de Fortaleza. Sem o aval de qualquer pesquisa, é possível notar que a popularidade de Maria Luiza caiu, seja pela incansável campanha movida pelos meios de comunicação, seja pelo preconceito que não concede à mulher o direito de brilhar fora dos limites da cozinha. A falta de recursos e de apoio a nível estadual também trabalhou contra ela: a Prefeitura simplesmente não tem dinheiro para pôr em prática seus planos nem acesso a linhas de crédito generosas, como tinham os coronéis.

Mas a prefeita de Fortaleza não perde o pique. Até o final do mandato, ela acredita, a cidade estará revigorada, com uma administração voltada unicamente para a comunidade. Maria Luiza

não tem a intenção de realizar obras gigantescas, aquelas que causam impacto pela grandiosidade. Nesta entrevista, ela reafirma sua intenção de multiplicar as chances na área de saúde, educação, saneamento básico e atendimento à primeira infância, lembrando que as chamadas grandes obras existem muito mais em função da iniciativa privada do que da comunidade. Decididamente, não é esse o seu objetivo. Aos que especulam sobre sua vida particular, ela responde francamente: continua solteira, indiferente ao apelido de "Dona Flor" ("Meus dois ex-maridos são ótimos e continuam assessorando a Prefeitura"), vivendo com um salário de 20 mil cruzados e com a consciência tranqüila.

Como é que você encontrou a Prefeitura de Fortaleza?

— A primeira realidade é que nos deparamos com um déficit muito grande e um atraso de pagamento dos funcionários de até três meses, referente aos meses de novembro, dezembro e 1.º. Havia, também, um número expressivo de funcionários que recebiam pelo sistema de portaria, ou seja, que trabalhavam já há algum tempo na Prefeitura mas não eram contratados. Outros recebiam em desacordo com o próprio salário mínimo da época, cumprindo uma jornada de meio expediente e recebendo pouco mais de 100 mil cruzeiros. Sem contar a estrutura gigantesca, com 26 mil funcionários e um total de 40 mil cheques por mês, porque muitos deles tinham mais de um contrato. Para se ter uma idéia da grandeza desse número, basta lembrar que a Prefeitura de Salvador, com 1,5 milhão de habitantes, tem menos funcionários.

Qual a solução que você está encontrando para contornar esse problema, lembrando que seu

compromisso social implicaria reajustes salariais e, pelo menos, a manutenção do nível de emprego?

— Considerando que os salários estavam defasados, em março nós demos um aumento de 34%, que só foi incorporado para os que ganham até três salários mínimos porque nossa cota no Fundo de Participação dos Municípios (um repasse mensal do governo federal) diminuiu, em vez de aumentar, como esperávamos. Também tratei de regularizar a situação dos que estavam sem contrato e de iniciar um processo de recadastramento de todos os funcionários da Prefeitura. Cerca de quatro mil pessoas deixaram a Prefeitura até setembro, uma parte por não estar disposta a trabalhar no novo esquema, outra porque já não trabalhava - apenas recebia o cheque no final do mês. Hoje, temos uma receita de 70 milhões e só a folha de pagamento é de 80 milhões.

E o restante da herança que deixaram?

— Nós estamos disciplinando essa questão do funcionalismo. Não posso dizer que todas as pessoas que estão na Prefeitura trabalham, mas estamos tentando resolver o problema, que é dos mais graves. Além disso, encontramos a cidade totalmente destruída. Temos um processo de acumulação de lixo que vem desde a eleição passada, sem contar que nossa produção diária de lixo está entre 1.500 e 1.700 toneladas. Com a ameaça do dengue e da febre amarela, ou nós tomávamos a decisão de colocar o lixo como prioridade, ou estaríamos contribuindo de uma forma irresponsável para a propagação de uma epidemia pela cidade.

Conversando principalmente com motoristas de táxi, ouve-se

que esse problema continua sério e que, além disso, a cidade tem buracos demais. O que você fez até agora nesse sentido?

— Nós não temos dinheiro para fazer milagres, mas já melhoramos muito o sistema de coleta de lixo. Hoje, temos uma coleta sistemática, com tabelas e rotas sob o controle da administração. Temos o apoio de duas empresas privadas que fazem a coleta de mercados, temos um trabalho articulado com o Clube dos Lojistas, no Centro, e usamos o sistema de mutirão na periferia. O trabalho, não tenho dúvidas, está mais organizado. O problema ainda persiste nas rampas, onde o lixo ficou acumulado. Essa coleta é excessivamente cara para ser feita pela iniciativa privada. Então, neste momento, estamos tentando um financiamento junto ao BNDES para a compra de 10 caminhões.

E os buracos?

— Também demos prioridade à pavimentação e à saúde de emergência. Acontece que nosso trabalho não encontra nenhuma divulgação. Há um canal de televisão (a TV Verdes Mares, ligada à Globo) que durante seis meses fez uma contrapropaganda orquestrada e diária contra a administração do PT. Agora melhorou um pouco. É fácil ver o buraco que está nas ruas. Difícil é entender que a pavimentação feita nas administrações anteriores foi da pior qualidade. Além disso, é mais fácil falar do buraco que está à frente do nariz do que daquele que não existe mais.

É importante deixar claro que não tenho a intenção de realizar grandes obras. Elas existem muito mais em função da iniciativa privada do que da comunidade. Nossa opção é por multiplicar as chances na área de saúde, educação, atendimento à primeira in-



fância, saneamento básico. Isso implica obras de grande porte, mas não obras astronômicas. Na área de saúde, por exemplo, o atendimento aumentou em 100%, sem contar o aspecto da humanização. Alcançamos um índice de eficiência em termos de vacinação não registrado em nenhuma administração passada.

Você imaginava que seria tão difícil assim?

— Do ponto de vista financeiro, do excesso de funcionários, da situação da cidade, sim. O que eu não tinha condições de avaliar - e que é uma coisa monstruosa - é que a máquina fosse tão emperada. A única explicação que encontro para isso é a de que as administrações anteriores eram essencialmente clientelistas, sem nenhum compromisso com a comunidade. A lógica do sistema é essa. Não funciona para atender ao coletivo e sim para estar a serviço do setor privado. Essa lógica contraria o fundamento básico de nosso projeto político-administrativo. Esse é apenas um dos aspectos do estrangulamento.

Que dê para as pessoas perceberem: o que de mais importante você fez até agora?

— Não tenho a menor dúvida de que, em termos de obras, foi o trabalho com a coleta de lixo. Isso você percebe claramente nas vias principais, onde há maior deslocamento de pessoas, e na rota turística, que leva ao aeroporto e às grandes saídas de Fortaleza. Acima de tudo, porém, coloco a nossa proposta política, voltada unicamente para a comunidade.

De qualquer maneira, parece que houve um desgaste da sua imagem.

— Em alguns setores, sim. Os motoristas de táxi, por exemplo, nunca nos deram um apoio muito

significativo. Quem me apoiou foram os grupos mais organizados, como os motoristas de ônibus, os professores, os arquitetos, o funcionalismo de menor renda, a periferia. Admito que houve uma falha de comunicação, que não levamos ao conhecimento da população, de forma adequada e abrangente, o que temos feito, mas não posso concordar com os que falam que minha popularidade caiu a zero.

Como são as relações da Prefeitura com o governo estadual?

— É uma relação fria, que já foi bem pior no começo da nossa gestão. Agora, estamos tentando que pelo menos o Estado repasse o que o Município tem direito - e ele, Estado, obrigação. Por exemplo: algumas empresas do governo estão na lista das maiores devedoras da Prefeitura. Alguns desses devedores pagaram multas aos cofres estaduais e esse pagamento não foi repassado ao Município. Quanto à realização de obras em comum, posso dizer que vêm sendo realizadas de forma também muito fria e não sistemática.

Com todas as limitações, você acha que dá para fazer uma boa administração?

— Nós estamos tentando arrumar recursos de todas as maneiras possíveis. Digo "nós" porque me refiro à equipe que conduz a Prefeitura. Há mais de 100 mil imóveis não cadastrados em Fortaleza, há 211 mil devedores do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Neste último caso, estamos implantando um sistema de cobrança. A situação é difícil, grave, mas tenho certeza de que a nossa proposta - de uma administração a serviço do coletivo, humanizada, decente - está se concretizando, apesar de todo o entulho que nos deixaram.

PALAVRA DE LIDER

Por uma bancada combativa e comprometida com a luta dos trabalhadores

"A forte marca de ser uma alternativa popular e democrática real"

O avanço do PT de Sergipe é um exemplo e a reafirmação de que o Partido é nacional, com bases sólidas instaladas em todos os Estados do país.

É fundamental que das urnas saia, com alguma força, uma bancada combativa e comprometida com a luta dos trabalhadores. Em Sergipe, o PT precisa a desmantelar os esquemas políticos montados pelas oligarquias urbana e rural, cujos chefes tentam se perpetuar no poder.

As eleições deste ano deixaram uma forte marca, a de que o PT consolidou sua posição de ser a real alternativa popular e democrática, dentro do contexto político brasileiro. Quem duvidar da nossa força, que espere as próximas eleições - em pouco tempo o partido explode nas urnas de vez.

Os projetos políticos da classe trabalhadora avançarão ainda mais. As conquistas que o PT de Sergipe conseguiu através das urnas reforçam o ponto de partida para que a sociedade brasileira mantenha os caminhos em direção ao socialismo, mudando totalmente a vida política, social e econômica da Nação.

O que o PT conseguiu nas eleições deste ano é tão somante o início das mudanças que desejamos, que deseja a classe trabalhadora. Muito antes de ser encerrada a apuração já levava a estrofa de ser um dos mais votados e a certeza de que, a partir de agora, o PT está definitivamente nas ruas.

Marcelo Zeda*

* CANDIDATO ELEITO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE





PT: PLANTANDO, DÁ

O PT deixou de ser um pequeno partido. Planejamento, informação política, organização: são os novos desafios do partido. E uma grande responsabilidade: liderar a mobilização de massas para a Constituinte.

por **Pereira Abramo**

O Partido dos Trabalhadores passa a enfrentar novas e maiores responsabilidades, com seu desempenho eleitoral em 1986. O PT duplicou o número de votos obtidos em 1982 e mais que duplicou a Bancada Federal, passando a ter representação de 8 Estados, contra apenas os três atuais (SP, MG e MS).

Ainda mais significativo é o salto das Bancadas Estaduais. Em 82, o PT elegeu 12 deputados estaduais em três Estados (SP, RJ e MG); agora, elegeu mais de 30, em 15 Estados.

As eleições deste ano também confirmam a tendência já observada em 1985: o progressivo equilíbrio nacional do partido, com o crescimento de outras Regiões — principalmente Centro-Oeste e Sul — além da Sudeste, onde está o eixo Rio - São Paulo.

Assim, é possível afirmar, com base nos resultados eleitorais, que o PT cresce, continua consolidando sua implantação nacional, e deverá ter atuação significativa no Congresso Constituinte e no plano da mobilização popular. É como se o PT passasse da terceira para a segunda divisão: já não é mais um "pequeno partido", mas um partido de porte médio.

Forças e Fraquezas

Os petistas não devem permitir, porém, que os resultados eleitorais positivos escamoteiem as debilidades do PT no campo da organização interna e da atuação política. A campanha eleitoral de 1986 revelou muitas dessas fraquezas: insuficiente conhecimento do programa e das posições do Partido; falta de formação política dos petistas; pouca organicidade nos contactos com o movimento sindical e popular; pequeno número de filiados, militantes, Núcleos de Base e Diretórios; inorganização e desorganização de instâncias partidárias e Secretarias Executivas; falta de uma política financeira capaz de assegurar recursos mínimos etc.

Outra falha evidenciada pela campanha é a ambigüidade em relação à questão eleitoral, e que

resulta da indefinição partidária quanto aos processos de transformação social. Muitos petistas depositam injustificadas esperanças no processo eleitoral, como se este pudesse garantir profundas mudanças. Outros não vêem, nas eleições, uma forma de ação

chega a resultados menores do que o almejado.

A dimensão eleitoral, obviamente, é apenas um dos componentes da força política do PT; mas um componente significativo.

O Crescimento do PT

Nas eleições gerais de 1982, o PT obteve a média de 1.504.128 votos (média de votos para governador, senador, deputado federal e estadual), ou seja, 3,1% dos 48.481.170 votos válidos de todo o País. Em 1986, estima-se que o PT obtenha cerca de 3,5 milhões de votos, ou 6% dos aproximadamente 56 milhões de votos válidos de todo o País. Em outras palavras: em 86, o PT duplicou sua força eleitoral de 82.

Se computarmos somente os votos para a Câmara dos Deputados, o PT obterá cerca de 4 milhões, ou 7% dos votos válidos. Mas, por causa dos Estados em que o PT não conseguiu atingir o quociente eleitoral, ou ficou com uma baixa média eleitoral (votos válidos do Partido dividido pelo seu quociente partidário, ou número de cadeiras obtido), não será muito beneficiado com as sobras eleitorais. Por essa razão, o PT obterá apenas 3,6% das cadeiras da Câmara dos Deputados, o que equivale a 3,2% de todo o Congresso Constituinte (487 deputados federais, mais 49 senadores eleitos em 86 e 23 senadores eleitos em 82). Em números absolutos, isso significa 18 ou 19 deputados federais do PT, em todo o País.

A atual Bancada Federal do PT é o dobro da que foi eleita em 1982 e o triplo da atual. Além disso, o PT mais que duplicou o número dos Estados com representação na Bancada Federal: 3 em 82, 7 em 86.

política de massas, e, portanto, menosprezam o papel eleitoral na luta de classes.

Daí que o PT se prepara mal para as eleições, não consegue unificar campanhas, recursos e diretivas políticas, e, obviamente,

O saldo do PT foi ainda maior em termos de Bancadas Estaduais. Em 1982, o PT elegeu 12 deputados estaduais (9 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais); posteriormente, perdeu 2 em São Paulo e 1 em Minas, e ganhou 1 em Rondônia, ficando, na fase final, com 9 deputados estaduais em 3 Estados (SP, RJ e RO). Em 1986, o PT elegeu mais de 30 deputados estaduais, obtendo assim, bancadas em Assembleias Legislativas de 15 Estados. Em outras palavras, o PT quintuplicou o número de bancadas Estaduais.

Outro fator significativo revelado pelas eleições de 86 é a confirmação da tendência — já verificada em novembro de 1985 — de um equilíbrio nacional do Partido.

Em 1982, somente a região Sudeste forneceu 88% de todos os votos petistas do País, e, dentro dessa região, 71,3% dos votos foram do Estado de São Paulo.

Em 1985, a mesma região forneceu 66,2% dos votos petistas do País.

Agora, em 1986, a região Sudeste deu cerca de 65% (e o Estado de São Paulo, 45%) dos votos para o PT em todo o Brasil.

Para os outros 35% de votos petistas nacionais, as regiões que mais contribuíram foram a Sul e a Centro-Oeste, vindo em seguida a região Nordeste, e, finalmente, a Norte, (P.A.)

O Futuro Imediato

Uma indispensável avaliação do desempenho eleitoral e político do PT em 1986 deverá ser feita de forma organizada, com ampla participação das bases.

Desde já, porém, podem ser apontadas algumas linhas gerais de atuação para o PT no futuro próximo imediato.

No âmbito interno, o PT precisa renovar os organismos que se mostraram deficientes, precisa, também, planejar, com metas e prazos, campanhas de filiação e nucleação, criação de Núcleos e Diretórios, montagem de Secretarias Executivas, assessorias, comissões e grupos de trabalho. É preciso, ainda, intensificar e expandir a formação política, o planejamento de campanhas e jornadas de luta — tanto no plano popular quanto parlamentar — a priorização de políticas de finanças, divulgação e propaganda e aparelhamento jurídico do Partido.

O Congresso Constituinte

No âmbito de atuação externa, o PT está diante do Congresso Constituinte, que se instala dentro de semanas. O que se prevê é um Congresso conservador, com forte inclinação para a direita, enorme peso do centro, e uma minoria progressista e de esquerda, tudo isso, sob a opressiva dominação do PMDB, que conquistou o governo de 22 Estados.

Para enfrentar a situação, o PT tem uma saída: 1 - consolidar ainda mais sua unidade e coesão interna, integrando bancadas parlamentares com direções e bases partidárias; 2 - armar à volta de si, no Congresso, um arco progressista composto de parlamentares de diversas siglas; 3 - e, mais importante que tudo, liderar a mobilização de massas, articulando as lutas sindicais e populares de forma a incidirem sobre a direção e o significado das batalhas parlamentares constituintes.

E, entre outras peças dessas lutas articuladas, o PT precisa urgentemente debater e aprovar um projeto de Regimento Interno do Congresso Constituinte — para resgatar o máximo de participação popular e democrática nos trabalhos constituintes — e um anteprojeto de Constituição, que aprofunde conquistas efetivas para a classe trabalhadora no rumo da transformação da sociedade.



CONSTITUINTE

O DESAFIO DA SOBERANIA

O PT transformou-se em partido de expressão nacional. Chegou a hora de levantar um novo projeto econômico, capaz de mostrar uma alternativa social aos planos do governo.

por Marco Aurélio Garcia

Desde há muito a Constituinte vem sendo apresentada no Brasil como a etapa final da "transição para a democracia", processo que se arrasta de 1974 até os dias de hoje. Pois bem, a Constituinte está eleita e teremos agora condições de constatar se isso se dará ou não.

A partir do que foi a campanha eleitoral e do resultado do pleito há boas razões para pensar que a hora da democracia ainda não chegou no país.

Não se trata evidentemente de queixar-se do eleitorado acusando-o de "não saber votar". Mas é impossível silenciar sobre um conjunto de vícios dessa eleição e que condicionaram em muito seus resultados.

Em primeiro lugar está a coincidência de eleições majoritárias e proporcionais, que acabou por esvaziar o pleito para a Constituinte, uma das razões para a abundante votação branca e nula. Hoje, a tese de **Constituinte exclusiva** é defendida clinicamente desde Delfim Netto, a Fernando H. Cardoso. Mas quando o PT levantou-a, fomos acusados de "jurisdicistas", "preocupados com picuinhas" etc. Os que hoje lamentam a superposição de eleições foram os mesmos que defenderam no Congresso a emenda Sarney, responsável pelo encami-

nhamento que a Constituinte veio a ter.

O abuso econômico

Não é preciso falar no abuso do poder econômico, tolerado por uma Justiça Eleitoral conivente com os partidos da ordem, nem da discriminação do tempo no rádio e na TV que esses mesmos partidos aprovaram em proveito próprio, excluindo ou limitando a participação de outras correntes. Se esta concepção de democracia esteve presente na definição das regras do jogo, é de se imaginar que tipo de democracia eles pretenderão construir quando o jogo efetivamente se iniciar.

Finalmente, não se pode esquecer o que significa a vitória do PMDB. Se é certo que a velha direita empedernida (PDS) ou travestida (PFI) saíram golpeados, não é menos certo que a heterogeneidade peemedebista atingiu limites inimagináveis. Não só com eleições, como a do ex-malufista Collor (governo de Alagoas) ou dos Newton Cardoso e Moreira Franco da vida, para só citar alguns casos de uma longa lista, mas, sobretudo, quando se vê que entre os "novos" constituintes do partido (e coligados) estão Jutahi Magalhães (Bahia), Antonio Faris (Pernambuco) e... Jar-

bas Passarinho (Pará). Um pente fino nas bancadas de deputados constituintes trará surpresas mais desagradáveis.

Não se pode ficar, no entanto, na pessimista constatação de que, por sua composição, a nova Constituinte não impulsará um projeto de democratização efetiva do país. A atual maioria tem razões para inquietar-se. O grande número de votos nulos e brancos indica que parcela significativa da sociedade está de tal forma descontente com os rumos da "transição" que preferiu protestar omitindo-se. De outro lado, considerável parte do eleitorado do PMDB votou na expectativa de que mudanças profundas se produzam. Não se trata, assim, de um cheque em branco ao partido. Finalmente, o possível quadro econômico de 1987 indica que a sociedade brasileira será sacudida por fortes tensões que repercutirão num incremento das mobilizações sociais.

O PT, transformado eleitoralmente em partido nacional, com uma bancada que, por suas dimensões e qualidade, poderá influir muito na marcha dos acontecimentos, tem pela frente desafios importantes. Não vale a pena repetir o óbvio: que devemos estar colados aos movimentos sociais. O que se tem de definir

mais precisamente são quais as alternativas econômico-sociais vamos propor para a atual conjuntura e que eixos de intervenção teremos na Constituinte.

Um novo projeto social

Tanto o partido quanto o movimento sindical não podem ficar numa posição simplesmente crítica ao Plano Cruzado, apresentando soluções tópicas. É chegada a hora de levantar um grande e abrangente projeto econômico capaz de abrir perspectivas de luta mais ampla para os setores organizados e, inclusive, desorganizados da sociedade brasileira.

No plano da Constituinte, sentando as bases para a formação de eventuais frentes com outros setores progressistas (ou testando seu "progressismo"), trata-se de apresentar um elenco de questões imprescindíveis para a definição de um projeto democrático no Brasil. Nele deverão estar incluídas medidas que garantam o desencadeamento de um autêntico processo de reforma agrária, a liberdade e autonomia sindicais e o direito irrestrito de greve, a ampliação das garantias e direitos individuais e coletivos e a definição de mecanismos que obriguem sua efetiva aplicação, o preceito que dá às forças armadas apenas a defesa das fronteiras, para só citar alguns pontos.

É importante, igualmente, a obrigatoriedade de um referendo popular para a aprovação da Constituição, bem como a garantia de que os debates da Constituinte serão transmitidos por rádio e TV, como forma de aumentar a pressão dos trabalhadores sobre ela.

Finalmente, tem de ser restringido o poder arbitrário do presidente durante o período da Constituinte. Alguns exemplos: proibição de governar através de decretos-lei, suspensão das leis de greve e de segurança nacional e das salvaguardas constitucionais que dão hoje ao presidente, unilateralmente, poder de decretar estado de sítio e de emergência.



Um momento do PT em São Paulo



MINAS

A estrela cresce e aparece

Os trabalhadores de Minas Gerais rompem com a tradicional política mineira e põem candidatos do PT entre os mais votados

por Sandra Starling

Em 1982 o Partido dos Trabalhadores semeou, em 1985 cresceu e, agora, em 1986 já colhe os primeiros frutos nas eleições em Minas Gerais. Esse fato já foi reconhecido pela grande imprensa local e pela maior rede nacional de televisão, que logo noticiaram em destaque projeções de eleição de três deputados federais e de uma bancada de até cinco deputados na Assembleia Legislativa.

A marca das apurações foi extremamente lenta e, por isso, demoraram os resultados precisos sobre o desempenho do Partido em diversas regiões de Minas Gerais, como o Vale do Mucuri, o Vale do Jequitinhonha, a região norte e o Triângulo Mineiro. Mas, em termos de implantação política do PT, os dados obtidos mostram uma ruptura significati-

va na tradicional política mineira. Em relação aos deputados federais, em Belo Horizonte, o candidato Virgílio Guimarães foi dos mais votados dentre todos os partidos e disputou em igualdade de condições com o atual vice-prefeito, do PMDB, o eleitorado da região de maior concentração operária da capital. Paulo Delgado liderou com larga margem de votos na Zona da Mata e, sobretudo, na principal cidade da região, Juiz de Fora. O mesmo ocorreu com João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato de João Monlevade e dirigente nacional da CUT, o mais votado no Vale do Aço.

A grande surpresa, porém, destas eleições foi o fenômeno eleitoral representado pela espetacular votação do candidato a deputado estadual, Chico Ferramenta, ex-

presidente da chapa de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. Tradicional reduto operário onde se localiza a Usiminas, Ipatinga foi o cenário, na década de 60, de um dos mais dolorosos episódios da história do movimento operário em Minas Gerais, conhecido como o "Massacre do Ipatinga". Ali, por determinação do então governador Magalhães Pinto, a polícia militar reprimiu pela força das armas e assassinou operários em greve, gerando um longo período de silêncio sobre os acontecimentos e uma grande desmobilização da luta dos trabalhadores. Agora, os operários do Vale do Aço responderam nas urnas a essa violência e deram a Chico Ferramenta uma vitória arrasadora sobre os candidatos representativos das forças conservadoras da região e provavelmente a maior votação dentre os can-

didatos do Partido a deputado estadual.

Outros candidatos a deputado estadual também demonstraram força como Nilmario Miranda, secretário de organização do Diretório Regional, Roberto Carvalho, presidente da Coordenação Sindical dos Funcionários Públicos em Minas Gerais, Rogério Correia, da direção da União dos Trabalhadores do Ensino, Thomaz da Mata Machado, presidente municipal do PT de Belo Horizonte, Celeste Simeão, do Vale do Aço, Agostinho Valente, do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora, dentre outros.

Os votos indicam que o PT de Minas Gerais cresce e aparece.

Sandra Starling foi candidata ao governo de Minas Gerais em 82. É candidata eleita à Assembleia Legislativa do Estado e está entre os dez mais votados de todos os partidos.



PARANÁ

A revolta do voto em branco

No Paraná, o PT se organizou melhor e ampliou suas bases em todo o Estado. Mas houve um alto índice de votos em branco e nulos.

por Claus M. Germer

As últimas eleições representaram para o PT do Paraná um importante passo na sua consolidação e crescimento. O Partido deverá obter de 2 a 3% dos votos para os diferentes cargos. O processo eleitoral teve este ano, todavia, resultados políticos que superam em significação os resultados numéricos. Em primeiro lugar, o Partido instalou uma estrutura organizativa apta a sustentar as atividades partidárias; em segundo lugar, o Partido implantou-se solidamente no segmento mais combativo do sindicalismo de trabalhadores rurais e no movimento dos agricultores sem terra; finalmente, ampliou-se significativamente a base eleitoral urbana.

Talvez o resultado mais importante do processo eleitoral tenha sido o revigoramento e a ampliação da estrutura do Partido. Os organismos municipais já existentes fortaleceram-se visivelmente, e em numerosos municípios o PT constituiu-se através de comissões provisórias e diretórios, pro-

cesso este que deverá ter continuidade após as eleições e ser uma das principais preocupações de todo o Partido.

A consciência política dos trabalhadores elevou-se perceptivelmente, particularmente nos locais e setores em que há movimentos organizados atuantes e lideranças combativas. As suas lideranças aprofundaram a percepção da necessidade de que os trabalhadores tenham um projeto próprio de sociedade e um partido que dirija a sua luta para realizá-lo. Assim, uma faixa significativa do eleitorado despertou para aspectos novos do processo político, procurando, antes de definir o voto, avaliar o desempenho dos parlamentares atuais e conhecer a prática social e política dos candidatos.

Inconformismo e Revolta

Reflexo desta postura crítica foi o alto índice de votos brancos e nulos. Durante a campanha, era nítida a existência de uma forte tendência neste sentido, declaradamente devida ao inconformis-



mo para com os rumos políticos dos partidos burgueses: os eleitores estão cansados de promessas, que sabem demagógicas, e que não serão cumpridas; estão revoltados com a infidelidade dos partidos e dos políticos aos programas partidários e aos compromissos assumidos publicamente.

Apesar de todos estes avanços, todavia, o domínio político e ideológico dos partidos burgueses é enorme. Nestas eleições o confronto aberto entre as máquinas administrativas estadual e municipal com o poder econômico e o monopólio dos grandes meios de comunicação produziu um rolo compressor que despolitizou o pleito, potencializou o clientelismo e corrompeu o processo eleitoral. Entretanto, no Paraná pode-se repetir a aguda observação de um analista político, dizendo que o PMDB obtém nestas eleições uma esmagadora vitória aritmética, que encobre uma fragorosa derrota política.

Candidato a deputado federal no Paraná.

ELEIÇÕES

Uma vitória moderada... do PT!

"A nova Constituição será tanto mais conservadora quanto menor for a participação popular. A questão-chave é mobilização e organização: popular, sindical, militante"

por Rui Costa Falcão

S em euforia, a primeira conclusão a tirar dessas eleições é a de que, com todos os erros cometidos na campanha, o PT obteve uma vitória ainda que abaixo das previsões iniciais e mesmo, talvez, aquém do potencial do partido: contra toda a campanha orquestrada em Brasília para esmagar o PT; contra o poder econômico; contra a distribuição desigual e abusiva do tempo na televisão; apesar da armadilha de Salvador e da grande farsa montada em Leme, triplicamos nossa bancada federal e devemos eleger perto de três dezenas de deputados espalhados por vários Estados onde antes não tínhamos representação nas Assembléias Legislativas.

O crescimento de nossa representação parlamentar merece mais destaque por termos sido, de fato, o único partido de oposição frontal à Aliança Democrática e ao governo Sarney. Brizola, embora tenha fustigado no Rio aspectos do Plano Cruzado e a figura do presidente da República, estabeleceu uma política fisiológica de alianças que culminou com a humilhante derrota de sua coligação (com o PDS!) no Rio Grande do Sul. Chamo a atenção ainda para a importância da eleição de Lula, um líder operário que alcançou uma das maiores votações da história do País. Sua investidura no Congresso Constituinte, sem demérito para qualquer companheiro, valoriza a representação petista que, tudo indica, tende a comportar-se agora de forma mais sintonizada, mais coesa do ponto de vista político e ideológico — tanto quanto promete ser a prática de nossos futuros deputados estaduais.

Com o risco de uma avaliação excessivamente "paulista", lembro que o PT fez um senador em Brasília, mas não levou; ganhou em Diadema, consagrando um certo estilo de administração popular conduzida pelo companheiro Gilson Menezes. Vencemos também em Santo André e perdemos apenas por mil votos em São Bernardo, evoluindo, portanto, significativamente na comparação com o desempenho de 1982. E houve a multiplicação dos votos do PT por cidades médias do interior do Estado, onde o esforço militante e a estrutura de diretórios, antes muito débil, foram

capazes de situar o partido num patamar bem mais elevado relativamente às últimas eleições. Paradoxalmente, contudo, durante vários momentos, esta estrutura orgânica inexistiu, a campanha desgarrou, falhamos em inúmeros aspectos e uma reorganização geral se faz urgente e imperiosa.

Buscar a periferia

Insisto agora em três pontos que merecem reflexão:

1. O elevado número de votos nulos, brancos (e até para a legenda somente), no caso dos cargos proporcionais, não pode ser atribuído à complexidade do preenchimento da cédula. Como bem notou em artigo recente o jornalista Cláudio Abramo (*Folha de S. Paulo*, 20/11/86, pág. 3), "o povo não estava devidamente informado e votou às cegas, para deputado, medusado que estava pelo voto majoritário". Ou seja, a coincidência deliberada (planejada pelo governo) das eleições de governador com as eleições para o Congresso Constituinte — tão condenada pelo PT, que sempre defendeu uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, livre, democrática e soberana — distorceu o próprio sentido da eleição. É preciso reconhecer, porém, que o PT não foi capaz de tornar mais clara a importância da Constituinte — ainda que com a atenuante da situação adversa, da conjuntura desfavorável e de nossos escassos recursos materiais. Não fosse por outros motivos, a desinformação e a sistemática manipulação dos fatos contra nós impõem ao PT a necessidade inadiável de um jornal de massas.

2. Pelo menos no caso de São Paulo, mais uma vez não atingimos em toda a extensão o eleitorado da periferia, os setores de renda mais baixa, trabalhadores desqualificados, a população desorganizada. Como se viu, este setor, simpático nas eleições de 1985 ao sr. Jânio Quadros, entregou novamente à própria sorte, converteu-se dessa vez em presa fácil do malufismo e do sr. Antonio Ermirio. Este é um desafio que o PT terá de enfrentar e vencer, menos até por conta de resultados eleitorais e mais em função

de seu projeto de transformação social, inviável sem a adesão e participação organizada dos explorados e oprimidos.

3. A imagem da vitória do PMDB, de Norte a Sul, apesar de dominante nos meios de comunicação, precisa ser desmascarada junto à população. Na verdade, o novo "maior partido do Ocidente" é hoje um Arenão, infiltrado de pedessistas, direitistas, latifundiários, ex-servidores do regime militar. Não que inexistam no PMDB setores progressistas, comprometidos em algum nível com mudanças sociais. Eles têm representação, se fizeram eleger em vários Estados (embora venham perdendo espaço), mas é preciso que não se aponte como vitória do PMDB da resistência a eleição do ex-ministro da ditadura, Jarbas Passarinho, ou do ex-malufista Fernando Collor de Mello (a enumeração de casos semelhantes seria cansativa). Trata-se do PMDB da "Nova República", aquele mesmo do último pacote e que acomoda, no Ministério, ex-cassados com ex-cassadores de mandatos...

Pela Participação Popular

Em meio ao imprescindível processo de avaliação em curso, cuja conclusão resultará num acúmulo de experiências para o fortalecimento do PT, devemos atacar duas questões decisivas do momento. Certamente o Encontro Nacional Extraordinário do final de janeiro traçará diretrizes mais claras e precisas, mas até lá é preciso sair a campo. Refiro-me particularmente à nossa participação nos trabalhos do Congresso Constituinte e ao combate ao Plano "Cruz-Credo", isto é, à nova versão da política econômica da Aliança Democrática desfechada a partir do Plano Cruzado. Nas duas frentes, a questão-chave é mobilização e organização — popular, sindical e da militância. A nova Constituição será tanto mais conservadora quanto menor for a participação popular. Daí a importância de apresentarmos rapidamente nossa proposta, de exigirmos o fim do regime de exceção previamente à instalação da Constituinte; de lutarmos pelo referendo popular, pelo televisionamento dos deba-

tes. Daí também nosso esforço para esclarecer e informar a população: Constituinte sob pressão e vigilância dos trabalhadores e do povo deve ser nossa diretriz nesse momento.

Na luta contra o pacote (por aumentos salariais, pelo congelamento de preços — e por sua fiscalização efetiva —, pela reforma agrária, pela distribuição da renda, pela suspensão do pagamento da dívida externa), teremos de buscar uma linguagem mais clara e propostas convincentes. Mesmo fazendo uma análise correta sobre o Plano Cruzado, não conseguimos, nem antes nem durante a campanha eleitoral, sensibilizar a população, em boa parte favorável às medidas do governo por não perceber tudo o que se fazia em nome do congelamento de alguns preços. Caminhar para a definição de um projeto alternativo de política econômica, construído com a participação indispensável dos petistas do movimento sindical, é igualmente tarefa inadiável.

Mobilização e organização, repito, estão na base de nossas próximas iniciativas no campo inconstitucional e das lutas do movimento social. Elas remontam à própria história do PT, à sua origem, e foi com mobilização e organização que ocorreu nosso avanço eleitoral. Que não deve ser superestimado, pois não desconhecemos as limitações do Parlamento, do Congresso Constituinte e das próprias eleições num regime como o brasileiro. Entretanto, as eleições nos levaram de volta às ruas, ao contato direto com a população, ao corpo-a-corpo com o movimento social. Este é o nosso campo preferencial, o terreno da luta de massas, da criação, pela base, de um poder alternativo para estourar o aparelho de Estado das classes dominantes. Diante dos resultados, em vez de nos entregarmos ao internismo das lamentações, aproveitemos este "banho de rua" das eleições para reforçar nosso vínculo com os trabalhadores, para construir o PT. Assim também estaremos fortalecendo nossas bancadas, cujo papel decisivo é servir à organização independente dos trabalhadores e à construção de uma nova sociedade.



ENTREVISTA COM LULA



"Chega de prato-pronto"

"Na Constituinte, o povo vai saber quem é quem. Precisamos levar o cidadão a descobrir que é necessário que ele tenha uma participação política"

Mesmo tendo enfrentado uma campanha de agressões deliberadas da grande imprensa (primeiro em abril, com o caso do assalto ao Banco do Brasil em Salvador, depois em julho, quando a polícia militar massacrou canavieiros em Leme e tentou culpar o PT) e ainda os "bodes expiatórios do governo" (como Antonio Ermírio que afirmou ter concorrido ao governo de São Paulo, a pedido de Sarney, não apenas para derrotar Maluf, mas também Suplicy), o PT avançou em todo o Brasil.

Em entrevista ao Boletim Nacional, no último dia 20, Lula analisou o desempenho do PT nestas eleições como positivo. "O PT cresceu nacionalmente e será o grande partido de oposição neste país", afirmou.

Falando sobre sua campanha Lula confessou que estava confiante de que seria eleito (apesar do pouco espaço que o PT teve nos meios de comunicação), em função dos 10 anos de luta à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e ainda pelo fato de ser uma figura conhecida dentro do PT: "Eu tinha confiança de que seria um deputado razoavelmente votado, mas o que me deixa mais satisfeito é que, ao comparar minha campanha às dos outros candidatos que foram bem votados, dá pra perceber que a minha campanha quase não existiu. Durante esses noventa dias eu apareci apenas duas vezes na TV, num total de dois minutos e meio. Não tive um único out-door, não fiz uma única matéria paga e não dei nenhuma entrevista".

Apesar de saber que pesará sobre ele uma expectativa muito grande, da mesma forma que pesou sobre os deputados do PT eleitos em 82, Lula está tranquilo: "Não fiz, durante a minha campanha, nem uma única promessa na porta de fábrica a não ser a de tentar fazer como deputado constituinte o que fiz como dirigente sindical. Já o PMDB, que deixa de ser o partido de opo-

sição e passa a ser governo, terá que enfrentar suas próprias contradições, entre o que defendeu nos palanques e o que vai fazer na prática".

"O povo vai saber quem é quem na Constituinte"

Uma das primeiras coisas que Lula pretende fazer em Brasília é conseguir a adesão dos deputados e dos partidos no sentido de criar condições para que os trabalhos constituintes sejam televisivados. "E pouco me importa se disserem que será *A Voz do Brasil* na televisão. O que eu quero, na verdade, é que o cidadão que queria saber das coisas que estão ocorrendo em Brasília tenha a oportunidade de ligar a televisão em um determinado canal em que se esteja transmitindo diretamente o Congresso Nacional. Já que todo mundo disse em palanque que era democrata, e que o povo tinha que participar, e disse um monte de coisas... nada mais justo que o povo possa assistir e possa julgar o trabalho dos deputados que lá estão. Assim o povo vai saber quem é quem", afirma.

Questionado sobre o fato de que o povo estar assistindo não significa que esteja participando, Lula responde: "Ninguém dá murro em ponta de faca e ninguém entra numa briga sem saber por que está entrando. O fato de o povo assistir é um caminho para você motivá-lo a participar. Ele não participará se tiver que ficar subordinado às interpretações da Globo".

Outra proposta que Lula pretende levar à Constituinte é a de que a nova Constituição seja submetida a um referendo popular: "Considerando, ainda, que todo mundo falou em palanque que a constituição precisa representar os anseios da sociedade, nada mais justo do que a gente subordinar essa Constituição a um referendo popular. Na medida em que você vai estabelecer as leis mais importantes deste país, na medida em que você não está le-

gislando para você, você está legislando para o povo, então, qual é o mal de o povo participar na aprovação, ou não, disso", diz.

Questionado sobre a viabilidade dessa proposta, Lula responde: "Você torna possível aquilo que você quer tornar possível. Eu não vejo qual é a dificuldade de subordinar a Constituição a um referendo popular, que pode ser um plebiscito ou outra forma qualquer de referendo, pode ser em cima de todos os pontos da Constituição ou em cima dos pontos mais polêmicos. Cada um vê a democracia como bem entende. Eu fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, eleito com 98% dos votos, e nunca fiz o que eu bem entendi no sindicato, eu sempre subordinava as decisões às Assembléias. Devemos levar em consideração que houve 40% de abstenção de votos à Constituinte... Eu fui eleito para ajudar a fazer a Constituição mas não sei o que pensam todos os que votaram em mim".

"É preciso inovar a forma de fazer política"

Enquanto durar o debate Constituinte, Lula pretende voltar aos lugares onde fez campanha para estabelecer maior contato com a população: "Sei que é preciso acabar com o método parlamentar apenas congressual, aliás, o PT já acabou com isso. É preciso inovar um pouco essa forma de fazer política. Vou voltar aos lugares onde fiz campanha, visitar estações de trem, de metrô, ir contando ao povo o que está acontecendo e saber o que ele pensa. O político que quer estar próximo do povo não pode ter uma política de prato-pronto — chegar para o povo e dizer que o bom é isso, o ideal é aquilo —, precisamos levar cada cidadão a descobrir que é necessário que ele tenha uma participação política. O PT precisa criar essa preocupação maior de levar as pessoas a compreender. O doutrinário verbal não leva ninguém a lugar nenhum. A classe trabalhadora

não sabe que o que está em jogo nessa Constituinte é uma disputa de classes — de um lado a classe patronal, querendo ter a maioria para poder determinar as regras do jogo que melhor lhe convier, de outro a classe trabalhadora, pouco representada, embora todo mundo tenha sido eleito por ela. O povo tem capacidade de interpretar e por isso temos que colocá-lo a par de tudo. Embora a Constituinte tenha grande maioria de pessoas conservadoras, se houver condições do povo fazer pressão, ela pode ser avançada".

Lula também acredita que poderá surgir um pequeno bloco progressista: "É exatamente pela Constituinte ser predominantemente conservadora e ter uma minoria de pessoas progressistas, que eu acredito que essas pessoas têm a responsabilidade de tentar fazer um trabalho conjunto dentro do Congresso e ao mesmo tempo tentar repassar as discussões para a classe trabalhadora, e é aí que vamos precisar da participação dos movimentos sindicais, da participação da igreja, da participação das entidades representativas da sociedade civil".

E o PT vai crescer mais!

Em vez de ficar comentando os erros da campanha, Lula prefere olhar para frente: "Se conseguimos crescer tanto apesar da campanha de difamação contra o Partido que os meios de comunicação promoveram, eu acredito que agora com uma bancada federal maior e com deputados estaduais em pelo menos 14 Estados será mais fácil. Se soubermos trabalhar direitinho, em 88 temos chances de manter Diadema conquistarmos São Bernardo, Guarulhos, Campinas... Entramos na campanha pra governador em São Paulo com um déficit de 2 milhões da campanha de 85, mas se fizermos um bom trabalho de base, nos núcleos, nas vilas, nos bairros, nos locais de trabalho... não haverá poder econômico que derrote o PT".

Na batalha contra a injustiça eleitoral

Consagrado com a segunda maior votação para o Senado em Brasília, Lauro Campos poderá não assumir caso prevaleça o entulho autoritário da sublegenda.

O PT já iniciou uma campanha para assegurar a posse de Lauro Campos, nosso candidato ao Senado em Brasília.

Professor efetivo de economia da Universidade de Brasília, Lauro Campos foi consagrado com a segunda maior votação (individual) para o Senado (135 mil votos), mas poderá não assumir caso prevaleça a sublegenda - que não foi regulamentada pelo TSE para as primeiras eleições de Brasília.

A sublegenda - recurso que permite a soma dos votos de dois candidatos concorrentes à mesma vaga (assumo o que obtiver o maior número de votos) - foi instituída pelo regime militar, através do pacote de abril de 1977, quando o general Geisel fechou o Congresso. O objetivo era garantir a eleição dos candidatos da situação e acomodar dentro do PDS diversas oligarquias regionais. O PMDB e PFL mantiveram esse entulho autoritário e o utilizaram amplamente nas eleições para o Senado.

Juridicamente há possibilidades de empobrecermos Lauro Campos, pois nem a Constituição, nem a regulamentação fazem qualquer referência ao uso da sublegenda em Brasília. "O PT é contra a sublegenda e mostra isso na prática, com a mobilização, buscando garantir que a vontade

do povo seja respeitada", afirmou o companheiro Lauro Campos.

O PT/DF está utilizando todos os recursos jurídicos e também a mobilização popular para assegurar a posse de Lauro Campos e de terminar com essa herança do autoritarismo. Um ato público realizado no dia 21 de novembro no centro de Brasília reuniu 34 mil pessoas e representantes de outros partidos, onde, inclusive, esteve presente o senador Maurício Correia (PDT) eleito com a maior votação no Distrito Federal.

Mais injustiças

As regras do jogo também prejudicaram outros candidatos do PT em todo o País.

Pela atual legislação eleitoral os votos "a mais" dados ao PT - tanto no caso de alguns Estados onde o partido não elegeu nenhum deputado federal quanto nos casos em que não chegou a preencher um múltiplo inteiro completo para eleger mais um deputado - são considerados "sobras", e distribuídos proporcionalmente aos partidos que tiveram maior média. Isso quer dizer que milhares de votos dados aos candidatos a deputado federal do PT em todo o País foram "desperdiçados", ou seja, não beneficiaram diretamente o PT e beneficiaram, indiretamente, os partidos adversários majoritários.



Mobilizar é nosso compromisso

"No Rio de Janeiro também saímos fortalecidos. Agora nosso compromisso deve ser o de ativar a mobilização popular em torno da Constituinte."

por Benedita da Silva

Sob a ótica de parlamentar eleita pelo PT em 1982 e como militante, acredito que a nossa coligação, agora em 1986, com o PV veio a ser benéfica para os dois grupos, possibilitando a nós, petistas, a visão da defesa do meio ambiente como uma importante questão na defesa dos direitos sociais e fortalecendo no PV a sensibilidade para as lutas dos cidadãos e cidadãs enquanto trabalhadores e trabalhadoras.

O Partido dos Trabalhadores saiu fortalecido no Rio de Janeiro: pela forma limpa de fazer política, pelas propostas coerentes e possíveis passadas por Fernando Gabeira, por se colocar como alternativa para os que não aceitam uma esquerda velha, viciada e dogmática, e por seu reconhecimento como força política no Estado.

A questão da Assembleia Constituinte foi, infelizmente, profundamente prejudicada pelo clima de final de campeonato com que a imprensa enfocou a eleição dos governadores. O número de votos em branco ou nulos para deputados federais (e também estaduais) é assustador e desanimador, dada a importância do momento que vivemos. Acredito que houve, da classe dominante, uma

tentativa de minimizar essa importância, ao colocar as eleições para governador junto com as eleições para a Assembleia Constituinte.

Com relação ao voto do analfabeto não houve um critério para realmente democratizá-lo. Teoricamente o analfabeto vota, mas na prática esse exercício foi dificultado.

Na verdade, a eleição para governadores, senadores, deputados federais e estaduais encontrou a população brasileira desinformada, manipulada pelo poder aquisitivo e pelo quase monopólio de grupos dentro dos meios de comunicação.

Nossa saída é fortalecer em nossa bancada uma estreita relação com o movimento popular. Nós do PT (assim como o PDT e PSB) teremos de trabalhar, dentro da Assembleia Constituinte, mais do que nunca, com o respaldo popular, na medida que as eleições beneficiam os setores conservadores. Buscar e ativar a participação popular no processo de elaboração da Constituição deve ser o primeiro compromisso assumido pelo PT como um todo e particularmente pelas bancadas federal e estaduais.

Benedita da Silva é candidata eleita a deputada federal pelo Rio de Janeiro

ENTREVISTA COM JACÓ BITAR

Os erros da campanha

Para Jacó o desempenho do PT não foi melhor em função da falta de unidade e direção política. Para ele, um grave erro num partido que deve ser não o de oposição, mas o de transformação.

Jacó Bitar, em entrevista ao *Boletim Nacional*, fez uma dura crítica ao nosso comportamento durante a campanha eleitoral em São Paulo e diz que "é preciso dar uma chacoalhada no pessoal".

BN - O que, na sua opinião, esta eleição significou para o PT?

JB - Este processo eleitoral foi, na minha opinião, a primeira prova-de-fogo a que se submeteu o Partido dos Trabalhadores e, pela análise que faço de nosso comportamento, ele não passou. Estou me referindo a São Paulo, não conheço as experiências dos outros Estados.

Quem acompanhou de perto a campanha pode observar que entramos no jogo do "salve-se quem puder", ou seja, nossos candidatos fizeram campanha própria - em alguns casos até "programas próprios" - e quem dispunha de maiores recursos financeiros ou de organização tinha maiores chances de se eleger. E mais, não houve nenhum material de cam-

panha unificado, não houve uma palavra de ordem que nos unisse em torno das bandeiras do Partido. Não houve direção política. Não foi discutida uma caixa de fundos comuns para esta campanha, enquanto em 82 discutiu-se tudo isso. Cada qual fez a campanha que bem entendeu, enquanto deveríamos ter reunido todos nossos recursos em nome do Partido.

Mas o mais grave foi o distanciamento das lutas sindicais e dos movimentos populares. Neste período, as principais mobilizações dos trabalhadores não puderam contar com nossa efetiva participação enquanto partido.

BN - Mesmo com o número de votos que recebemos (quase 10%), você acredita que não passamos no teste?

JB - Esse teste é o funil estreito pelo qual a burguesia quer nos fazer passar. Não podemos fazer avaliações apenas em cima do número de votos que tivemos. Se esses votos não fo-

rem consequência da nossa atuação nos movimentos, da formação e informação dos trabalhadores, eles não têm sentido. Não nos interessa a conquista de votos de forma populista, uma vez que esses mesmos votos podem se transformar numa perigosa armadilha.

Onde a classe trabalhadora tem um nível de atuação e politização, nosso discurso tem resposta, do contrário, não. E é isso que temos que promover. Não podemos perder nossa perspectiva, nosso objetivo de trazer a participação do trabalhador, através de sua formação e informação. Não nos interessa ser o grande partido de oposição, temos que ser o grande partido da transformação. Grande e de oposição já se dizia o PMDB.

BN - Esse comportamento se refletirá na nossa participação na Constituinte?

JB - Sim. Estamos começando a tomar decisões por vias institucionais. E uma Constituição feita apenas por

vias institucionais acabará por consolidar o pacto social, que traz no bojo a cooptação da classe trabalhadora para a aceitação da continuidade desta política econômica, que não é muito diferente da política econômica do regime militar.

O Partido não se constrói apenas nas sedes, mas nas lutas dos trabalhadores. Nossos argumentos devem ser os argumentos pertinentes aos trabalhadores e não os argumentos dos conchavos.

BN - O que, na sua opinião, deve ser feito agora?

JB - Precisamos, agora, fazer uma democrática avaliação de nosso trabalho. Qual foi nossa contribuição aos trabalhadores neste período? Em que movimentos estivemos inseridos? Vide o grande número de abstenção de voto à Constituinte. Precisamos resgatar nossas propostas originais. Os núcleos devem ter vez e voz neste Partido.

Os primeiros passos da formação política

Idéias para serem discutidas, criticadas, enriquecidas e, se possível, postas em prática.

Pedro Pontual

Um desafio fundamental quando se pensa na formação política como meio para fazer avançar a organização e a emancipação da classe trabalhadora é a busca de uma metodologia coerente com esta proposta.

A força real do PT está no seu enraizamento nas lutas e movimentos populares. Portanto, também no campo da formação política, o PT deve buscar nesses movimentos aquilo que se vem acumulando de experiências educativas.

Toda ação educativa envolve um processo de criação e recriação do conhecimento. Nossa concepção metodológica se baseia na Teoria Dialética do Conhecimento e se expressa numa determinada forma de conceber a relação entre teoria e prática.

Graficamente podemos representar assim: PRÁTICA TEÓRICA PRÁTICA (partir da prática, teorizar sobre ela e voltar à prática). Essa concepção dialética da relação entre teoria e prática nos permite superar dois tipos de orientação, a nosso ver equivocados, na discussão do problema da formação: a) de um lado, uma orientação tradicional que dá uma ênfase absoluta à necessidade de "passar uma teoria já existente", procurando "enquadrar" a realidade social e a prática dos militantes num certo modelo já

estabelecido; b) de outro lado, às vezes como reação visceral a essa orientação tradicional, desenvolve-se uma visão de que "só a prática e a luta educam" e, portanto, despreza-se o saber acumulado historicamente.

É na superação desses dois tipos de orientação comumente presente em certas práticas de formação política que o PT deve buscar uma metodologia de formação política coerente com seus princípios e propostas políticas.

É a partir desta concepção que temos discutido algumas implicações concretas para se construir uma metodologia de formação política do PT:

"A formação política deve partir da realidade de cada região"

1) É incorreto se pensar em construir uma proposta única e padronizada de curso de formação política a ser aplicada nacionalmente. Há que se pensar no trabalho de formação política a partir da realidade de cada região, das suas lutas, dos seus elementos históricos e culturais e do estágio em que se encontra a construção do PT e a prática dos seus militantes. Esta visão não se contrapõe à possibilidade de se experimentar a definição de alguns eixos temáticos básicos na forma-

ção, que poderiam ser discutidos nacionalmente. É dentro dessa perspectiva que estamos propondo dois eixos temáticos que consideramos básicos para o trabalho de formação política do PT: Classes Sociais e Tática.

"A formação política deve ter planos de curto, médio e longo prazos"

2) É importante em cada região formular um plano de formação política onde se tenha claro os objetivos a curto, médio e longo prazo. Isto é fundamental para se garantir a continuidade no processo de formação política.

3) Quando se vai planejar o trabalho de formação política é preciso definir a quem queremos atingir. Em função dessa realidade costuma-se falar em planos de formação por níveis. Na nossa discussão identificamos quatro níveis a serem considerados no trabalho de formação política do PT: a) aqueles companheiros que estão começando a entrar no PT; b) aqueles companheiros que têm uma militância na base do partido; c) militantes intermediários; d) aqueles militantes que são dirigentes. Esta definição não é rígida e é importante que se discuta em cada região o que caracteriza as pessoas situadas em cada nível e os objetivos e planos específicos para cada nível.

4) Sobre os métodos e técnicas pedagógicas a serem utilizadas, lembremos que eles devem ser escolhidos sempre visando garantir as linhas gerais da metodologia acima proposta. Portanto, é preciso utilizarmos e criarmos métodos e técnicas que permitam o grupo explicitar e socializar o saber que tem sobre o assunto, que permitam o grupo "se perguntar" sempre mais sobre a sua prática; que possibilitem o grupo se apropriar efetivamente das ferramentas de análise da realidade e de como conduzir o trabalho.

5) Outro aspecto fundamental é ver quem conduz esse trabalho de formação política. A nosso ver, é preciso criar condições concretas para que os militantes do PT possam assumir essa tarefa de formação política e participar efetivamente na discussão, execução e avaliação de todos os passos deste trabalho de formação. Só isso permitirá a ampliação e o aprofundamento necessário desse trabalho de formação política a nível nacional. Para viabilizar essa proposta estamos dando prioridade à formação de monitores que vão se capacitando a desenvolver o trabalho de formação nos núcleos, diretórios e nos movimentos. Vale aqui lembrar, para o trabalho de formação de monitores, aquele princípio de que a melhor forma de aprender é aprender fazendo.

"Já foi lançada uma estrela para quem quiser enxergar para quem quiser alcançar e andar abraçado nela".

Pablo Milanez



O Partido dos Trabalhadores deseja a todos Boas Festas e Feliz 87. Vamos seguir o caminho da estrela e continuar lutando por uma sociedade mais justa!



PT-PV:

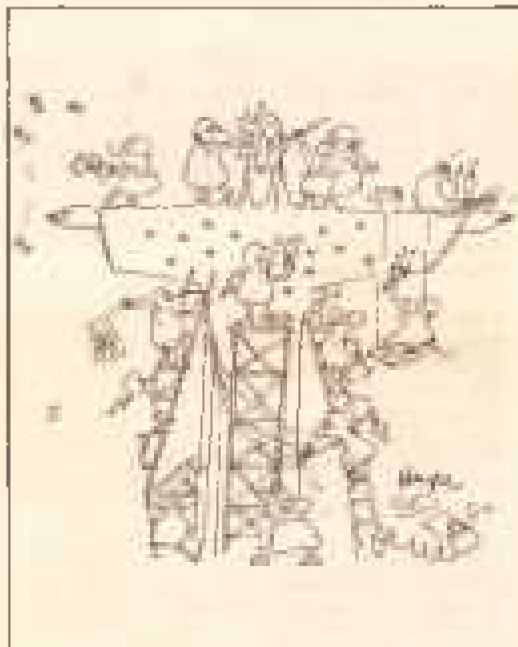
natureza, humanidade e liberdade

Rio de Janeiro, 1/10/86
Companheiros do PT,

... Gabeira se transformou no candidato de uma massa solidária. O candidato dos pobres e da classe média empobrecida. É preciso mudar radicalmente o Brasil. Sim, porque nós do PT somos contra que o Brasil tenha 60 milhões em miséria absoluta, que o Brasil esteja entre os 5 países com a maior mortalidade infantil do mundo, que o Brasil tenha a maior e mais suspeita dívida externa do mundo, o menor salário mínimo da América do Sul (menos da metade do salário mínimo do Paraguai) e um dos menores que se tenha conhecimento, que o Brasil seja o país onde mais se devasta a natureza. O Brasil, em relação ao tamanho de seu território, é o que menos produz alimentos. E não se faz a Reforma Agrária.

O Brasil não está mais com sua soberania ameaçada. Ela já está seriamente comprometida.

Paulo Assumpção



Violência legalizada

Prossegue a situação de violência e impunidade sobre os trabalhadores sem terra. Enquanto isso, 42 acampamentos com 11.655 famílias, espalhados por onze Estados, aguardam a "boa-vontade" do governo em lhes garantir um pedaço de terra.

Bodoquena (MS), 29/10/86

A prática da violência contra o homem do campo nos dias de hoje chegou a níveis insustentáveis. Inicialmente, o senador José Fragelli (PMDB-MS), não há muito tempo, recomendou aos grandes proprietários o uso das armas para combater as "invasões". Depois, em consequência, no Rio Grande do Sul, surge o PUR (Pacto de Unidade e Resposta Rural); no Pará, os fazendeiros recorrem a ex-agentes da polícia e reservas das Forças Armadas para a proteção "pessoal" de suas terras; no Estado de Goiás (e, depois, nacionalmente), a UDR (União Democrática Ruralista) firma-se como a "entidade" dos latifundiários. Por fim, agora é a vez do aparato policial dos Estados (para não justificar a criação de novas milícias particulares e assim atestar a "incompetência" das secretarias de segurança) que intensificam suas ações violentas e desenfreadas.

As imagens (que via "global" foram assistidas por milhões de brasileiros) de trabalhadores rurais sendo agredidos por soldados e suas baionetas "caladas" foram simplesmente estupefacentes. (Cenas que em muito lembraram as garatuças pinturas que historicamente retrataram a fatídica Revolu-

ção Farrroupilha e seu colorido galhardo: só que, desta vez, quem estava sendo usado e pisoteado não era somente o esfacelado peão gaúcho na sua luta por uma pretensa participação popular; pior, desta vez a oligarquia "proprietária" utilizou-se também da força do Estado para espancar, entre outros, mulheres grávidas e crianças). Indignação maior ainda quando das declarações dos ministros Paulo Brossard (conferindo plenos poderes às polícias estaduais na repressão às ocupações) e Dante de Oliveira (acusando o Partido dos Trabalhadores de "inconsequente" mentor daquela situação).

De tudo, a nível de Estado, fica um grande questionamento sobre o posicionamento ideológico que assume, neste momento, nossa força policial, uma vez que, via de regra, é ela que é chamada para manter a "ordem" nos locais de "conflito". Onde estará sua finalidade primeira, a de servir o povo (pois todo o policial é um funcionário público, sujeito, também, à lei)? O compromisso com a segurança da imensa maioria do povo parece em nada interessá-la. O poder do latifúndio inexoravelmente a sufocou, tornando-a mero (e ao mesmo tempo importante) instrumento para a concretização e defesa de seus interessados. Interesses que, nos últimos acontecimentos ocorridos na Fazenda Anonni, se desvelaram nas declarações de fazendeiros como Vali Albrecht: "Mesmo que eles cheguem desarmados e rezando" nossas milícias estão prontas para recebê-los.

Carlos Alberto S. Dutra

ASSINE

João Pessoa, 6/11/86.

Companheiros do Boletim Nacional

O último Boletim que recebemos aqui em nosso bairro foi o de julho. Imagino que esse atraso está sendo devido à campanha eleitoral. Entretanto, alguns assinantes que batalhei estão me cobrando os boletins. Dessa forma resolvi pedir alguma informação aos senhores, para que eu possa justificar melhor o motivo do atraso.

O único Boletim que temos é o especial das eleições e estou contornando o problema. Não obstante devemos ter claro que um atraso desses compromete um pouco a organização. Mas vamos em frente que elegeremos uma boa bancada federal e estaduais. Abraços petistas!

Carlos José Cartaxo

BN responde: Ainda que já tenhamos enviado carta a todos os assinantes do Boletim Nacional explicando os atrasos nas últimas edições, vale lembrar a todos os companheiros o seguinte: a edição n.º 20 já sofreu um atraso em função da necessidade de publicarmos os incidentes ocorridos em Leme; a edição n.º 21 (especial de eleições - tiragem 500 mil) e a edição n.º 22 atrasaram ainda mais devido ao excesso de serviço das gráficas e empresas que manipulam os jornais (dobram, etiquetam e postam) durante o período de campanha eleitoral; para esta edição (n.º 23) julgamos necessário aguardar alguns resultados das eleições para melhor avaliarmos o crescimento do partido. Mas, além de tudo isso, o nosso maior problema foi com o serviço de correios (greves e atrasos em função do excesso de trabalho).

Superando tudo isso, a partir desta edição, o BN volta à sua periodicidade normal.



Nome

Endereço

CEP

Cidade

Estado

Anual - Cz\$ 20,00

Bianual - Cz\$ 30,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - BOLETIM NACIONAL - AV. 11 de Junho, 250 - CEP 04041 - São Paulo - SP



CARTAS AO LULA

Queremos discutir nossas propostas...

São Paulo, setembro de 1986.
Companheiro Lula,

Nós, militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores, estamos muito preocupados com o rumo que está tomando o nosso partido, e preocupados, sobretudo, com a decepção que está causando aos verdadeiros petistas.

O que estamos enxergando com nossos próprios olhos, principalmente nesta campanha (já que na anterior não houve trabalho de fato), são candidatos trabalhando para si próprios. Sabemos que o PT não foi criado para isto. O PT é ferramenta política dos trabalhadores e não para servir de carreirismo a uns poucos, disfarçados de trabalhador, que ficam usando o partido para seus interesses pessoais.

Nós estamos vendo muitas falhas e por isso estamos registrando nossas críticas, e ao mesmo tempo colocamos nossas propostas:

Achamos que para o PT estar mais identificado, mostrando a seriedade de luta, seria bom desde já montar as suas secretarias de Estado. Para isto o PT devia colocar na direção de cada secretaria pessoas de confiança, porém, os técnicos devem entender do assunto, ter competência, independente de sua religião, raça ou partido. Não devem, todavia, ser pessoas que estão concorrendo a cargos eletivos.

...e dar subsídios à Constituinte.

Afenas, 23/9/86.

Ao presidente do Partido dos Trabalhadores

Tendo em vista as repetidas solicitações do Congresso Nacional, dirigidas a todos os segmentos da sociedade brasileira, no sentido de apresentarem sugestões que servirão de subsídio à nova Constituição da República Federativa do Brasil, levando em conta a oportunidade aberta a todas as classes laboriosas e sobretudo à necessidade, em virtude das justificativas inframencionadas, de um sério, harmonioso e insistente debate do assunto que ora apresento, o signatário desta, em pleno gozo da cidadania brasileira e de direitos políticos, na qualidade de trabalhador, o que se segue:

considerando que o trabalhador brasileiro, principalmente o operário, de mãos calosas pelo árduo trabalho que executa, muitas vezes sob um sol causticante ou chuva torrencial, representa uma peça prioritária na criação e multiplicação das riquezas;

considerando que esse mesmo operário, que contribui com altas taxas previdenciárias (de 8,5% a 10%) para o Ministério da P. e Assistência Social, não pode ser rejeitado na doença e muito menos na aposentadoria;

considerando que o trabalhador brasileiro ao adoecer além de enfrentar uma interminável fila do INAMPS, a partir de altas horas da madrugada como um mendigo, pobre de espírito, ainda sofre uma espantosa redução de seu salário em relação ao percebido na atividade;

considerando que esta redução se dá justamente numa época em que este fato lamentável não deveria ocorrer, pois é durante uma enfermidade que as despesas aumentam com diárias hospitalares, honorários médicos, aquisição de remédios, além dos gastos normais com encargos familiares;

considerando que a assistência médica prestada ao trabalhador pela Previdência e o valor do auxílio-doença que esta concede não passa de uma humilhante afronta à dignidade humana;

Sabemos que o Brasil está precisando de dirigentes honestos e comprometidos na construção de uma nova sociedade e o PT deve mostrar que não está só pensando nas pessoas que comungam com as mesmas idéias, mas que estão preocupadas com toda a Nação.

Gostaríamos de esclarecer e discutir melhor nossas propostas, principalmente no que diz respeito à visão que queremos que o PT tenha, e que acreditamos ser a proposta inicial do partido. Para isso deixamos endereço para contato e seguem as assinaturas: Rua Francisco Nogueira, 294.

Olimpio da Silva Matos
Maria Terezinha Corrêa
Paulina Gomes do Sacramento
Laura Quaresma da Costa
Marivalda Gomes do Sacramento
Elita Pereira Matos
Tarcís Félix
Edson Silveira
José Ferreira da Silva
Wandalcie Dal Rovera Prudenciano
Francisca da Silva
Benedita Ferreira de Souza
Tania Siqueira
Celia Maria de Assis
Maria José Cavalcanti
Lucia da S. Guimarães Moraes
José Osmar P. da Silva

considerando que a diminuição alarmante e inconcebível do salário, em tempo de 44% durante a aposentadoria, é algo que clama por justiça e brada aos céus;

considerando que, em virtude da terrível redução que o trabalhador sofre em sua renda ao se aposentar, este "se obriga a permanecer no emprego, mesmo quando não mais reúne forças para o desempenho de suas tarefas", motivo pelo qual o "seu deligamento se dá, quase sempre, por morte ou quando perto dela";

considerando que a aposentadoria deveria representar um autêntico e bem merecido prêmio àquele que, durante 35 anos ou mais, colaborou com o seu serviço cotidiano para a prosperidade do Brasil;

considerando que, da maneira como é concedida a aposentadoria, esta não passa de um horripilante castigo, uma vez que, além dos motivos enumerados, o inativo que trabalhou e contribuiu com pesadas taxas para os cofres da Previdência "não tem o prazer de descansar com tranquilidade no seio de sua família...";

considerando a necessidade de inserir na futura Constituição, que regerá os direitos e deveres da sociedade brasileira, este assunto de natureza social tão relevante, que é a garantia de um tratamento previdenciário justo, sobretudo no que tange ao auxílio-doença e à aposentadoria;

considerando que tal assunto não pode ser omitido pelas classes trabalhadoras e pelos órgãos e entidades que as representam, diante desta exposição de motivos e do papel de representatividade que este partido político desempenha, venho através desta SUGERIR que sejam encaminhados por essa agremiação, à Comissão que elaborará a nova Carta Magna do Brasil, subsídios, no sentido de garantir ao trabalhador, quando enfermo ou aposentado, uma renda com o se estivesse em atividade e não a quantia ínfima que lhe é concedida no momento. Cordialmente.

Amâncio de Souza Reis

A Nova República já sujou o colarinho

Versão II

Recebemos esta carta da Associação dos Funcionários da Edel, em protesto à matéria publicada no BN n.º 19. Ao ligarmos para a AFE, para informar sobre a publicação da carta, a telefonista da Edel disse que não tinha conhecimento da existência de nenhuma Associação (estranho, não?). A ligação foi transferida para 3 pessoas, e a última nos informou que a AFE funcionava ali mesmo. Os companheiros da Associação dos Funcionários do BNH (e esta nós sabemos que existe) garantem uma resposta para o próximo BOLETIM.

Porto Alegre, 3 de setembro de 1986.

Prezados senhores,

O esforço de bem informar sujeita-se à utilização de fontes que muitas vezes, apesar das cautelas próprias de órgãos de informação como o Boletim de V.Sas., não traduzem a realidade dos fatos, exigindo a ação reparadora dos atingidos. Não duvidamos que os esclarecimentos, além de um dever de solidariedade aos injustamente ofendidos, correspondam a um anseio do próprio Boletim do PT, em especial por ter sido acolhida matéria sem audiência dos acusados ou pesquisa dos fatos abordados.

Com referência à matéria divulgada no Boletim n.º 19, de junho de 1986, assinada pelo sr. Admilson Canuto, diretor da Associação dos Funcionários do BNH, porta-voz do ex-liquidante do Sulbrasileiro/SP - Crédito Imobiliário S.A., sob o título "A Nova República já sujou o colarinho", temos a expor o que segue:

1) A matéria em questão, da lavra do referido signatário, atende unicamente a interesses pessoais injustificados do signatário e do sr. Lucas Pirajá de Oliveira Rosa, funcionário do BNH e ex-liquidante do Sulbrasileiro/SP.

2) O teor da matéria é inverídico à luz dos fatos, documentos e sentença judicial proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz da 10.ª Vara Cível de São Paulo, em 20 de agosto de 1986.

3) O sr. Lucas Pirajá de Oliveira Rosa, em represália a denúncias feitas pela Associação Brasileira das Empresas Financiadas pelas Sociedades de Crédito Imobiliário em Liquidação de irregularidades na gestão da liquidação extrajudicial do Sulbrasileiro/SP - Crédito Imobiliário S.A., que determinaram seu afastamento do cargo, tem investido contra a EDEL e seu diretor Hélio Fernandes Costa, visto ser o mesmo presidente da Associação referida.

4) As afirmativas do sr. Lucas Pirajá de Oliveira Rosa na CPI do Sistema Bancário e Financeiro do Brasil, alusiva à EDEL, foram descaracterizadas e desmentidas na própria sessão, inclusive pelo diretor de fiscalização do Banco Central do Brasil.

5) O sr. Lucas Pirajá, que o signatário da matéria defende e postula seu retorno ao cargo de liquidante, está sendo processado criminalmente na 12.ª Vara Criminal de São Paulo, por crime de calúnia devido a afirmativas similares às da reportagem.

6) As manifestações, feitas em relação ao assunto em pauta, pelo sr. Promotor de Justiça, Edson Edmir Velho, 4.º Curador de Massas Falidas de São Paulo, bem como o pedido de substituição do atual liquidante foram desconsideradas pelo sr. Juiz da 10.ª Vara Cível de São Paulo, na ação que foi referida na matéria.

7) A decisão do sr. dr. Juiz de Direito da 10.ª Vara Cível de São Paulo, datada de 20 de agosto, deixou patente:

a) Não é a EDEL, devedora de qualquer quantia ao Sulbrasileiro/SP - Crédito Imobiliário S.A.

b) Terem os empréstimos de responsabilidade da Construtora Comercial e Industrial S.A. - CO-



MASA, que o ex-liquidante desejou atribuir à EDEL, sido excedentes de garantias, ao contrário do afirmado.

c) Ser a COMASA empresa sólida e de libado cadastro, ao contrário do afirmado na matéria, e que, para aceitação do acordo estabelecido com o Sulbrasileiro/SP, tanto a entidade em liquidação quanto o Banco Central tomaram todas as precauções na verificação desses fatos.

8) A alegada ligação de amizade da EDEL e Associação das Empresas Financiadas com a bancada federal do PMDB, como consta na matéria, se existe, decorre do esforço desenvolvido por parlamentares daquele ou de outros partidos, inclusive do PT, no movimento de união que se estabeleceu para a preservação do Banco Sulbrasileiro, sob o controle do Governo Federal, objetivando manter 15 mil empregos dos hancários, à época ameaçados de desemprego, que teve, inclusive, como grande artífice o companheiro Olívio Dutra.

Cumpra por fim esclarecer que a denúncia do sr. Admilson Canuto, no referido Boletim Nacional do PT, foi desmentida pela aludida decisão judicial proferida na 10.ª Vara Cível, que determinou a extinção das ações judiciais e possibilitará não o alegado, mas, sim, a recuperação para o Sistema Financeiro da Habitação da totalidade dos empréstimos concedidos.

Não cabe aqui alimentarmos ódios e discussões sobre matéria já decidida no judiciário. Apenas esclarecer a verdade.

... Consideramos, assim, indevido o posicionamento do diretor da Associação dos Funcionários do BNH (SP), que objetiva acobertar o funcionário do órgão, Lucas Pirajá de Oliveira Rosa,

e inaceitável a calúnia e a difamação principalmente inserida em um boletim informativo do Partido dos Trabalhadores, que pela sua conduta na luta pelas causas justas tem o apoio nosso e da classe trabalhadora do país.

Solicitamos, pois, a V.Sas. a reposição da verdade dos fatos.

presidente da Associação dos Funcionários da EDEL

Novos atores, velhas cenas

"Não queremos as esmolas de um Estado paternalista. Queremos ser respeitados como trabalhadores e cidadãos que somos."

Anápolis (GO), 12/9/86.

Quem já teve a oportunidade de ler o livro Revolução dos Bichos, de George Orwell, deve estar lembrado de que a preocupação dos porcos era que não se viabilizasse a volta do senhor Jones, o homem que massacrava os bichos. Quem for um pouco sensível fará uma analogia com o Brasil. De repente, nós tínhamos o país dominado por militares, que prendiam e matavam brasileiros sem qualquer explicação. Ai vieram uns "civis", avalizados pelos militares, que fizeram uma "transição democrática". Acabaram com a infla-

ção por decreto, e se criou um novo mito. Agora, é só os trabalhadores exigirem o que lhes é de direito, que lá vem a "Nova República" acusando-os de sabotadores do Plano Cruzado, que não são patriotas. Enquanto isso, a população vai pagando ágio de tudo que precisa além da falta de produtos essenciais e, para completar, o governo democrático aumenta o preço da gasolina, do álcool e impõe taxa sobre a compra de automóveis, sob o nome de depósito compulsório, sem que isso implique na computação do IPC. E o Estado ditador. Manda ministro vir à televisão avisar que vai prender quem fizer greve. Acusa a CUT de ser a responsável por todas as desgraças do Brasil, desgraças que eles criaram numa transição onde militar agora dá as ordens por fora. E o Estado está fazendo coisas que condenava. Está prendendo trabalhadores no campo e na cidade. Tudo para preservar o Plano Cruzado e impedir que os militares voltem. Mas como, se eles não saíram?

Nós queríamos um Brasil para os trabalhadores, mas com a Nova República isso será impossível, porque ela tem que atender primeiro os grandes empresários, os latifundiários, os banqueiros. Para os trabalhadores fica a esmola de um Estado paternalista.

Companheiros, nós precisamos dizer não a isso tudo. Chega dos trabalhadores ficarem pagando pelos erros dos patrões. Se eles não nos dão o que é preciso e o que é direito, a nossa única saída é a greve e isso não é ser antipatriota, como querem fazer crer. Isso é respeito pelo nosso trabalho, isso é valorização de nós como pessoas.

Juscélio Polonial

PROGRAMA, MANIFESTO, ESTATUTO E DISCURSO DA CONVENÇÃO DE 81



NOSSO MANIFESTO

Estamos construindo um verdadeiro partido político e não apenas uma sigla episódica, uma legenda eleitoral. Nossos documentos básicos traduzem as metas reais do PT e seus efetivos princípios de organização. Não existe somente "para inglês ver", como acontece em geral com textos de doutrinas e normas partidárias no Brasil. Eles definem para valer nosso projeto de sociedade e o método de ação que julgamos mais adequado para concretizá-lo.

Estes documentos são guias para o nosso combate cotidiano pela justiça.

O Manifesto, o Programa, o Estatuto e o discurso de Lula na Convenção Nacional de 81 são documentos importantes para o filiado e o militante do PT. Todos estes documentos estão reunidos num caderno que está à venda na sede nacional por Cr\$ 1,50



LINHA SINDICAL

A Linha Sindical do PT, aprovada no IV Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores - realizado em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio e 1.º de junho de 1985 - é o resultado a que chegamos refletindo a luta diária por condições dignas de vida e trabalho, nas empresas, nos sindicatos e nas ruas, onde aprendemos que a democracia e a independência da organização sindical da classe trabalhadora são essenciais. (da Apresentação)

Para adquirir mais esta cartilha você deve fazer seu pedido por carta, e enviando um cheque nominal, ao Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de Junho, 260 CEP 04041 São Paulo/SP - juntamente com seu nome e endereço completos. A Linha Sindical custa Cr\$ 4,00.

REFORMA AGRÁRIA, JÁ!



REFORMA AGRÁRIA, JÁ!

Reforma Agrária. Desapropriação dos latifúndios. Distribuição das terras desapropriadas entre os que nela trabalham ou queiram trabalhar.

Afinal, o que nós da cidade temos a ver com isso?

Esta cartilha procura responder a essa pergunta.

É fundamental, hoje, compreender que a Reforma Agrária favorece toda a sociedade brasileira e não somente aos trabalhadores rurais.

Qualquer que seja o objetivo da nova política governamental e seus resultados, a Reforma Agrária coloca-se, invariavelmente, como uma necessidade premente. Continua como um dos problemas estruturais mais sérios da sociedade brasileira.

O esgotamento da 1.ª edição desta cartilha confirma o interesse dos trabalhadores em resolver tal problema. E justifica a 2.ª edição, revista, ampliada e à venda na sede nacional por apenas Cr\$ 2,00.

ESTAMOS COM AQUELE CARTAZ!

Estamos com um lindo cartaz a venda aqui na sede nacional. Ele fala sobre o trabalhador na Constituinte e sobre o que os governos nos deixaram de herança. É um grande cartaz! E você poderá contribuir muito para as finanças do partido adquirindo um (ou muitos). Ele custa apenas Cr\$ 10,00.

AGENDA PT-87

Apesar do ágio e da falta de papel no mercado, vem aí a AGENDA PT-87. Ela estará nos Diretórios regionais e municipais a partir do dia 20 de dezembro. Aguardel!

LIQUIDAÇÃO DE VERÃO!

A lojinha da Estadual está abrindo a sua liquidação de fim de ano.

Tudo com 40% de desconto (broches, camisetas, adesivos) e até sete dias para pagar. Aproveite, é só até o final de dezembro.

Livros com 10% de desconto. Maiores informações ligue para (011) 284-6823, e fale com Darlam, ou escreva para a sede estadual (SP) - Rua 13 de Maio, 1.082 - Bela Vista/São Paulo.



MONTREAL, URGENTE: DEMOCRACIA VERSUS OLIGARQUIA

HUBERT SIMARD
DARLINGTON
DISTRICT 52



Folheto de campanha do Rassemblement des Citoyens et Citoyennes de Montreal: tônica na qualidade de vida

action

DARLINGTON

Programa de democratizar a administração municipal derruba oligarquia de quase 30 anos

Em relação ao desenvolvimento, a democracia não é um obstáculo; ela é uma condição necessária. Essa frase vem do programa "Prioridades de Ação", do "Rassemblement des Citoyens et des Citoyennes de Montreal" (RCM). O RCM, sob a liderança do advogado Jean Doré, de 41 anos de idade, acaba de ganhar as eleições para a Prefeitura e para o Conselho Municipal daquela cidade do Canadá — realizadas no domingo, 9 de novembro — seis dias antes do nosso 15 de novembro.

Fundado há 12 anos, o RCM atua exclusivamente no plano municipal como uma larga frente de caráter social-democrata. Durante esses 12 anos fez uma oposição programática e consciente ao "Parti Civique", que, sob a liderança do prefeito Jean Drapeau, totalizou 29 anos no poder lembrando personagens da nossa República Velha. Nesses 12 anos, o RCM insistiu principalmente na necessidade de se democratizar a administração municipal. Condição primeira de sucesso, o RCM conseguiu criar uma estrutura partidária democrática que o levou à vitória — afinal — nessas eleições. A vitória foi esmagadora: Jean Doré teve cerca de 65% dos votos para prefeito; o partido elegeu 55 dos 58 conselheiros municipais. A maioria desses candidatos participa, há muito tempo, dos movimentos reivindicatórios de bairros. A participação do eleitorado (50%) foi considerada normal — para uma eleição à Prefeitura. (Montreal — núcleo da Comunidade Urbana de Montreal — tem cerca de um milhão de habitantes e 700 mil eleitores; é o maior colégio eleitoral do Canadá.) A vitória do RCM, segundo a imprensa local, foi assegurada pela participação maciça de seus filiados, em cada distrito, no trabalho de mobilização dos eleitores.

O RCM confronta-se agora com o desafio de transformar uma plataforma de reivindicações num programa de governo — enfrentando ainda a realidade de que no plano provincial e federal as administrações estão tomadas por reflexos da "síndrome de Reagan" que se abateu sobre a América do Norte nos últimos anos.

PROGRAMA: CONSELHOS DE BAIRRO

No plano propriamente político, o RCM pretende abrir as reuniões do Conselho Municipal à participação do público em geral, reservando, no início de cada sessão, um período para questionamento oral dirigido aos conselheiros. Insistindo no princípio de que a participação dos cidadãos depende do acesso à informação, o RCM pretende também instituir uma prática de referendos populares. O RCM se dispõe também à organização de "conselhos de bairro", que orientarão a descentralização dos serviços municipais.

Uma das propostas mais ousadas do partido está no plano dos impostos: abolir as taxas de água e serviços para os imóveis residenciais (o que favorece proprietários e locatários), reduzir o imposto predial nos mesmos casos, aumentar o imposto sobre terrenos não-ocupados e... cobrar efetivamente os impostos prediais de prédios que sirvam às administrações federal e estadual!

No plano habitacional a nova administração pretende pressionar os governos federal e estadual para que seus fundos de apoio à construção se dirijam principalmente às cooperativas habitacionais e a organismos sem fins lucrativos, que repassam imóveis a usuários por preços menores que os comuns no mercado. Além disso, o partido pretende decretar uma moratória sobre todas as demolições de imóveis habitáveis, salvo por interesse público excepcional. Essa moratória, além de caráter social evidente, atua também no plano de preservar o patrimônio arquitetônico da cidade. Está também nos planos do RCM a instituição de um fundo especial de ajuda às casas de famílias monoparentais chefiadas por mulheres de baixa renda.

SEGURANÇA: PREVENÇÃO VERSUS REPRESSÃO

Um problema particularmente delicado em Montreal é a moradia de pessoas idosas. Para atendê-lo o RCM pretende criar uma política de favorecimento da divisão de casas grandes em unidades menores, permitir o pagamento de impostos por parte de proprietários aposentados apenas por ocasião da venda de seus imóveis, além de garantir, por lei municipal, a moradia da pessoa aposentada em imóvel por ela vendido durante o tempo que ela precisar. O objetivo desse conjunto de medidas é promover a permanência de pessoas idosas nos bairros e locais onde tenham morado, evitando os deslocamentos penosos e desnaturalizadores.

No plano do transporte o RCM prevê a criação de linhas expressas para os bairros mais afastados (que não apenas de classes abastadas). Quanto à segurança, há uma grande coincidência com uma tônica do PT: prevenção, em vez de repressão. Pontos fundamentais dessa política: colocar o policiamento em contato direto com a população, insistir na realização de tarefas não só repressivas mas de atendimento também (como primeiros socorros), e encorajar a realização de patrulhas a pé, em vez de motorizadas. Policiamento não é passeio de unidade de artilharia do exército: é conhecimento do bairro, de seus moradores, de seus problemas.

As condições de vida de Montreal, e do Canadá, são muito diferentes das do Brasil, e de nossas grandes metrópoles. Mas de qualquer maneira a experiência que ora se inicia em Montreal, tendo como eixo a qualidade de vida de seus moradores, será rica de ensinamentos para o RCM — e para nós, do Partido dos Trabalhadores, igualmente — uma vez que a condição de seu sucesso possível será a ampliação da participação organizada e democrática dos moradores. No BN estão à disposição dos interessados o Programa Geral do RCM (de 1982) e o programa "Prioridades de Ação" para 1987, ambos em francês.



Órgão informativo da Comissão
Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo/SP
fone: 575-2299

N.º 23 - Novembro de 1986

Editor: Bernardo Kucinski/Editor Adjunto: Flávio Aguiar/Secretaria de Redação:
Produção: Marisa Lourenço/Diagramação: José Ramos Neto/Revisão: Marta
Magnani/Composição, Fotelito e Impressão: DCI/Tiragem: 20.000 exemplares.

0987694

LUIS ROBERTO MESSIAS SILVA
RUA FACILITADORA, 1539
04019 - SÃO PAULO SP

